

# **INCLUSÃO DE ALUNOS COM PARALISIA CEREBRAL NO ENSINO SUPERIOR: OLHAR DA PSICOLOGIA**

ALEXANDRE BOSCO DA SILVA OLIVEIRA-UNIVERSIDADE POTIGUAR  
LUIZA ALINE LOPES RODRIGUES- UNIVERSIDADE POTIGUAR

boscoalexandre@hotmail.com  
luizaalr@hotmail.com

## **Introdução**

A pesquisa aborda o olhar da Psicologia sobre a inclusão de alunos com paralisia cerebral no ensino superior.

O ensino inclusivo é a prática de inclusão de todos, independentemente do talento, deficiência, origem social econômica ou cultural, em escolas e salas de aula que buscam satisfazer as necessidades dos alunos, educando todos juntos.

A forma de a sociedade lidar com as pessoas com deficiência sofreu modificações ao longo do tempo. Podemos identificar claramente a presença de várias fases, a saber: iniciou-se praticando a exclusão social de pessoas deficientes, por causa das condições diferenciadas, fazendo com que lhes parecesse não fazer parte da maioria do povo. Logo depois, a sociedade criou o atendimento segregado no interior das instituições, em seguida passou a praticar a integração social, adotando posteriormente a inclusão social, que é a filosofia em desenvolvimento nos dias atuais, para transformar os sistemas sociais gerais. Obviamente, essas etapas não aconteceram ao mesmo tempo para todos os seguimentos populacionais, ainda hoje encontramos a exclusão e a segregação em prática nos diversos grupos sociais vulneráveis. Por outro lado, vemos a mudança da tradicional integração sendo substituída, gradativamente, pela prática da inclusão. (SASSAKI, 2006).

Paralisia cerebral é a intitulação que se dá a um grupo de problemas motores, que se iniciam nas fases iniciais da vida, e que é o resultado de lesões no sistema nervoso central ou problemas no desenvolvimento do cérebro antes do nascimento, ou seja, são problemas congênitos. Embora a lesão ou os problemas no cérebro não piorem, os problemas motores podem aumentar com o passar do tempo. (LEITE, 2009).

## **Objetivo Geral:**

Apresentar possíveis contribuições da Psicologia Educacional/Escolar para o processo de inclusão dos alunos com paralisia cerebral no ensino superior.

## **Objetivos Específicos:**

- Realizar um resgate histórico acerca do processo de inclusão do aluno com paralisia cerebral;
- Revisitar os primórdios da psicologia educacional, identificando as modificações que ocorreram na forma de educar as pessoas com essa deficiência ao longo do tempo;

- Apontar os desafios que se apresentam para a plena inclusão dessas pessoas (alunos) na sociedade atual, bem como formas possíveis da psicologia se inserir neste processo de forma a favorecê-lo.

## **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de natureza investigativa. Buscou-se, entre vários autores locais, nacionais, subsídios teóricos e resultados de pesquisas históricas e atuais acerca da inclusão escolar, reunindo-se, aqui, as principais idéias e sugestões a este respeito.

### **I. A Paralisia Cerebral**

A paralisia cerebral é “tida como uma incapacidade neurológica causada por uma lesão nos centros motores do cérebro”. (LIMONGI, 1998, p. 39). A lesão no cérebro não acarreta somente uma perda de controle muscular funcional, mas também provoca alterações do sistema sensorial da pessoa. Essas alterações devem acontecer até os dois anos de idade, que é a fase mais importante da maturidade neurológica, na qual, também, ocorrem as principais aquisições motoras e perceptuais. Temos de considerar que a lesão no cérebro não é progressiva.

“Os primeiros sintomas são geralmente os de uma parada ou retardo, com retenção das sinergias primitivas e totais da primeira infância”. (Crothers e Paine, 1959; Paine, 1960, 1964; Paine e Oppé, 1966 apud BOBATH, [19—], p. 74).

A paralisia cerebral pode surgir nas fases pré, peri ou pós- natal. Na fase pré-natal, os riscos mais frequentes estão relacionados às doenças infecciosas da mãe, como a rubéola e a toxoplasmose. Na fase peri-natal, o risco maior está na complicação do parto, com a anóxia cerebral, prematuridade e a asfixia por obstrução do cordão umbilical. E, os riscos na fase pós-natal se dão com as infecções no sistema nervoso central, como as meningites, as encefalites e os traumatismos cranioencefálicos causados por acidentes graves (MELO, 2008).

A incidência de crianças nascidas vivas com paralisia cerebral nos países desenvolvidos, considerando todos os possíveis níveis de comprometimento, pode estar na ordem de 7 casos em cada mil nascidas. No Brasil, esses valores podem ser bem maiores, já que é difícil obter uma estimativa, levando em conta que o Brasil é um país em desenvolvimento e a precariedade da nutrição infantil e materna, igualmente os cuidados dispensados à gestante e ao recém-nascido associados à qualidade ruim do atendimento no sistema de saúde, são condições que possibilitam o aparecimento de problemas crônicos como é o caso da paralisia cerebral (MELO, 2008).

Os tipos de paralisia cerebral são classificados de acordo com suas alterações motoras e sensoriais causadas pelas lesões que podem ser extensas ou não no cérebro. De acordo com as áreas atingidas é que se dá a classificação, como: a área piramidal – do tipo espástica; a área extrapiramidal – do tipo atetose; a área cerebelar – do tipo ataxia. (LIMONGI, 1998).

Melo (2008), cita o tipo de paralisia cerebral mista, como sendo uma condição que se evidencia em quadros motores associados, decorrentes de lesões nas áreas extrapiramidais e piramidais.

O tipo espástico é o mais freqüente na população, acontece em decorrência de uma lesão no sistema piramidal com a característica do aumento do tônus muscular (hipertonia), paresia (diminuição da força muscular), hiperreflexia (é exacerbação da atividade reflexa). O aumento da espasticidade dificulta os movimentos, tornando-os

lentos, como ocorre, por exemplo, uma situação de ameaça ou até mesmo de surpresa frente a perguntas difíceis (MELO, 2008).

O tipo atáxica é muito raro, surge em decorrência de uma lesão no sistema cerebelar, responsável pela execução e regulação dos movimentos voluntários do corpo, pela manutenção das posturas com exatidão, resultantes da harmonia das ações musculares, permitindo a execução de atos motores coordenados. (MELO, 2008). Todas as pessoas com ataxias têm um tono postural baixo combinado com distúrbios da inervação recíproca. (BOABATH, [19—]).

O tipo atetoíde ou atetósica é resultante de lesão no sistema extrapiramidal responsável pela regulação da postura e do tônus, e pelos movimentos automáticos. Esse tipo mostra o tono postural básico que se encontra abaixo do normal. (BOBATH, [19—]; MELO, 2008).

De acordo com Melo (2008), a intervenção de profissionais em uma criança com paralisia cerebral deve:

Ser instituída o mais cedo possível, dentro de uma abordagem interdisciplinar, ou seja, envolvendo profissionais de diferentes áreas (médicos, fisioterapeutas, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, educador físico, pedagogo, assistente social, entre outros), tendo em vista a diversidade de problemas que podem estar presentes em graus diferenciados de comprometimentos. (p.66-67).

Vários transtornos podem estar associados à paralisia cerebral, como a epilepsia, alterações visuais, deficiência auditiva e o retardo mental. Perceba que o retardo mental pode estar associado, mas não é a regra. Ou seja, em geral pessoas com paralisia cerebral não têm qualquer dificuldade cognitiva para aprender. Então, por que vemos tão poucos alunos com PC nas universidades? Para responder a esta pergunta é necessário voltar o olhar para a educação das pessoas com deficiência.

## **II. Deficiência, Educação e Inclusão.**

A história mostrou que as pessoas com deficiência enfrentaram muitas dificuldades em seus meios sociais e ainda enfrentam. A inclusão dessas pessoas de maneira justa e sem diferenciá-las é um discurso recente e está em evidência devido aos novos desafios e às novas fronteiras almejadas por elas, que chegam à sociedade como uma nova demanda, pois, antigamente, as pessoas com deficiência eram enclausuradas dentro de suas casas por opção, por medo ou por proteção da família. (SASSAKI, 2006).

A educação escolar inclusiva está sendo notada como uma questão de direitos humanos. A escola é desafiada a se adequar e a promover oportunidades igualitárias para a diversidade de alunos com necessidades especiais que chega à educação. Assim, com a inclusão a educação poderá ocorrer de forma mais justa e com maior eficiência e qualidade para todos os alunos. (MARTINS, 2008).

Todas as pessoas têm o direito de estudar e de ter suas necessidades atendidas pelas escolas com os procedimentos pedagógicos adequados e com novas metodologias de ensino, que são mais apropriadas do que as atuais. Não há razão para algum tipo de isolamento de qualquer que seja em sua escolarização. (MARTINS, 2008).

Nas palavras de Martins (2008),

A inclusão escolar não se resume na mera inserção física desses alunos na escola ou na garantia de sua matrícula numa turma regular, pela força da lei. A escola precisa ser um espaço de efetiva convivência e um ambiente onde eles aprendam os conhecimentos valorizados pela sociedade para as pessoas de sua faixa etária, onde avancem na aprendizagem, sendo ensinados de acordo com as suas condições específicas de aprendizagem e de desenvolvimento. (p.13).

No entanto, mesmo após muitas discussões em torno da inclusão social, a pessoa com deficiência vem sendo muito discriminada. MELO (2008), em sua pesquisa em duas escolas regulares da cidade de Natal/RN, identificou a presença de apenas 2 alunos com paralisia cerebral em um total de 1846; e que não existia nas escolas planejamento para uma organização pedagógica e física, trabalho de conscientização da comunidade escolar, informação aos professores sobre direcionar a prática deles ao atendimento do aluno com deficiência ou mesmo qualquer recurso pedagógico voltado para facilitar a aprendizagem destes alunos. Esses resultados indicam que boa parte dos alunos com paralisia cerebral sequer conseguem iniciar a escolarização básica. (Recorde que, nos países desenvolvidos a proporção é de 7:1000 e que, em nosso país, devido às precárias condições de assistência médica, acredita-se que esta proporção esteja entre 30 a 40 mil casos ano). Mesmo aqueles que chegam não encontram a instituição voltada para educá-los levando em conta as suas necessidades educacionais especiais.

Sabemos que o processo de inclusão escolar é difícil, contínuo e que precisa de políticas sociais inovadoras que consigam melhorar o atendimento educacional e as condições de vida dos alunos com deficiência. Dessa maneira, o envolvimento no trabalho de todas as pessoas que lidam com esses alunos se torna importantíssimo, tendo em vista que o seu sucesso no processo de inclusão vai ser dar neste contexto de educadores, funcionários, família, amigos e comunidade, todos trabalhando juntos em prol dos alunos. (MARTINS, 2008).

Embora exista um discurso favorável, a inclusão da pessoa com deficiência no contexto escolar e no meio social vem acontecendo gradativamente mesmo com dificuldades, buscando superar toda uma história de isolamento e distinção, provocando muitos questionamentos na sociedade e, principalmente, no meio acadêmico.

### **III. Universidade Inclusiva**

Atualmente o tema universidade inclusiva é cada vez mais discutido no âmbito acadêmico científico e por especialistas, devido à sua importância e contribuição para uma sociedade inclusiva. A integração e a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais nas universidades é o debate a ser compreendido e assumido, implantando-se uma política social séria e educativa. A universidade deve pôr em prática a inclusão dos alunos com deficiência. (RODRIGUES, 2004).

Nos anos 90, parte da comunidade acadêmica, das organizações e instituições sociais de pessoas com deficiência começaram a denunciar a inadequação da prática da integração social para eliminação da discriminação contra as pessoas com deficiência. A integração social se constrói pelo esforço da pessoa excluída e seus colaboradores e aliados, como por exemplo: família, instituição especializada com a ação segregadora e pessoas solidárias da comunidade. Na busca pela igualdade plena de oportunidades para todos, o ideal desejado é a inclusão, ou seja, o efetivo acolhimento da sociedade para com as pessoas com deficiência (SASSAKI, 2006).

Como afirma STAINBACK e STAINBACK:

O que está em questão no ensino inclusivo não é se os alunos devem ou não receber, de pessoal especializado e de pedagogos qualificados, experiências educacionais aprimoradas e ferramentas e técnicas especializadas das quais necessitam. A questão está em oferecer a esses alunos os serviços de que necessitam, mas em ambientes integrados, e em proporcionar aos professores atualização de suas habilidades. (1999, p. 25).

Não basta apenas a melhoria da qualidade de vida de todos os alunos, sem distinção de capacidades no ambiente acadêmico, ainda que esta seja uma exigência imprescindível e necessária, mas deve-se partir para uma realidade mais ampla, envolvendo toda a comunidade universitária, provocando uma conscientização desta. A proposta de inclusão deve contar com o envolvimento dos docentes, discentes e do pessoal administrativo. As ações pretendidas devem englobar atividades que aliam o ensino, a pesquisa e a extensão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PIAUÍ, 2006).

A inclusão precisa ocorrer de forma abrangente e objetiva, respeitando as necessidades de cada aluno, analisando suas possibilidades e particularidades, tornar-se-á mais fácil e justo seu aprendizado como ser individual. (DIAS, 2009). Embora o foco deste trabalho seja a inclusão de alunos com paralisia cerebral, entende-se que a universidade inclusiva é aquela que oferece oportunidades de aprendizagem a todos os seus alunos, tenham eles alguma deficiência ou não.

Especificamente no que se refere ao aluno com deficiência, constata-se que se o acesso ao ensino fundamental é difícil, a situação se repete no ensino superior. Thoma (2006) identificou que o percentual de alunos com deficiência matriculados em 10 IESs do Rio Grande do Sul varia de 0,04 a 0,16%. Atente para o fato de que, de acordo com a Organização Mundial de Saúde – OMS – as pessoas com deficiência correspondem a 10% da população em geral (Valor que tende a ser maior em países subdesenvolvidos como o nosso).

Em sua pesquisa com 12 estudantes universitários – 04 deficientes visuais, 04 deficientes auditivos e 04 com paralisia cerebral - Masini e Bazon (2005), descobriram que, segundo opinião unânime dos entrevistados, o maior empecilho à sua inclusão é o preconceito social e a conseqüente falta de aceitação deles pela comunidade universitária. Evidenciada em comportamentos como: cobrar menos dos alunos com deficiência visual; não atender/ouvir às solicitações dos alunos deficientes auditivos; se queixar dos alunos com paralisia cerebral por perturbarem a concentração na aula dos outros alunos. Os alunos com paralisia cerebral se sentiam excluídos, queixando-se da falta de auxílio, dificuldade de se relacionar.

Uma faculdade impôs à aluna com paralisia cerebral que ela só se formaria se cursasse apenas até o quarto ano (obtendo somente o grau de bacharel; não o de psicóloga) (MASINI; BAZON, 2005). Essa é uma situação clara de discriminação.

Depreende-se do anteriormente exposto que, o profissional de psicologia precisa intervir prioritariamente no preconceito contra as pessoas com deficiência. É imprescindível que toda a comunidade escolar entenda e reconheça a capacidade das pessoas com deficiência. Quando a instituição de ensino acredita na capacidade de todos e se preocupa em efetivamente democratizar o acesso à educação, mudanças acontecem. MAZZONI; TORRES e ANDRADE (2001) indicam algumas delas: no ingresso nas IES, cuidado na etapa de correção de provas; observar as características da expressão escrita de uma pessoa surda. Ao elaborar as provas, ter atenção às possíveis limitações dos candidatos, decorrentes da deficiência. Para pessoas com deficiência visual, usar textos ampliados, lupas ou outros recursos ópticos especiais para ajudar na leitura; para cegos, realizar provas orais, gravadas ou em Braille, sorobã; para pessoas com deficiência física, adaptar o espaço físico, mobiliários e equipamentos; para pessoas com deficiência auditiva, disponibilizar intérprete de língua de sinais; para pessoas com deficiências múltiplas são utilizadas várias combinações de procedimentos de acordo com o tipo das deficiências associadas.

Ainda no que se refere à inclusão de alunos com deficiência no ensino superior, destaca-se o “Programa Incluir” do Ministério da Educação que tem por objetivo promover ações que garantam o acesso e permanência de pessoas com deficiência nas

instituições Federais de educação superior; apoiar a criação, reestruturação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições Federais de ensino superior; implementar a política de acessibilidade plena de pessoas com deficiência na educação superior; promover a eliminação de barreiras pedagógicas, atitudinais, arquitetônicas e de comunicações e a efetivação da política de acessibilidade universal. No entanto, das 225 instituições públicas existentes no Brasil, apenas 50 participaram ou participam deste programa, ou seja, apenas 23% do total, e pouco mais de 12% (28 instituições) apresentaram um número igual ou superior a 10 alunos com alguma deficiência matriculados no primeiro semestre de 2006. (ALMEIDA; CASTRO, 2009).

## **Conclusão**

Apesar de a inclusão educacional ser tema bastante debatido na atualidade e de ter respaldo legal para ser efetivada, constata-se que ainda há muito a ser feito na área da educação para que se possa incluir de fato todos os alunos. O direito à educação, garantido constitucionalmente, ainda não tem sido garantido na prática para boa parte dos alunos com deficiência desde o ensino fundamental ao superior. A psicologia precisa contribuir para denunciar a não efetivação deste direito e para desmitificar a idéia de que os alunos com deficiência não aprendem porque são deficientes! Urge fazer com que os profissionais envolvidos com a educação venham a compreender que a deficiência não impede a aprendizagem. As pessoas com deficiência são capazes de aprender!

Após ter sido citada várias pesquisas em diferentes níveis educacionais e em diferentes partes do território nacional, podemos afirmar que, muitos dos resultados das referidas pesquisas contribuem para a evolução da inclusão não apenas nas IESs, mas também na escola regular.

Dentre as principais sugestões dos vários estudos apresentados, destacamos o comprometimento dos professores e funcionários das instituições de ensino superior com os alunos com necessidades educacionais especiais. Também é demasiada a importância para o sucesso da inclusão todos os recursos citados para o ingresso e a permanência do aluno com deficiência nas IES.

Em suma, as pessoas com deficiência são capazes de aprender e a não aprendizagem ou maior lentidão na aprendizagem, em regra, decorrem de como a sociedade lida com este aluno (mais especificamente, a instituição educativa). O acesso restrito à educação e a falta de iguais oportunidades de aprendizagem praticamente inviabilizam a obtenção de uma formação profissional adequada e acabam por condenar as pessoas com deficiência ao subemprego. A Psicologia pode contribuir para a efetiva inclusão desses alunos nas instituições de ensino superior, trabalhando com a equipe de profissionais de forma a superar as visões preconceituosas, auxiliar a pensar em estratégias metodológicas apropriadas a todos os alunos, buscar formas de avaliação que permitam identificar a aprendizagem ocorrida, mas que considerem as dificuldades inerentes à deficiência. Enfim, o profissional de psicologia precisa atuar como um incentivador em prol do respeito à subjetividade do aluno e dar suporte aos profissionais da instituição.

## Referências:

- ALMEIDA JÚNIOR, João Baptista de. O estudo como forma de pesquisa. In: CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (org.) **Construindo o saber – Metodologia Científica: Fundamentos e técnicas**. 2.ed . Campinas: Papirus, 1989.
- ALMEIDA, Maria Amélia; CASTRO, Sabrina Fernandes. As Instituições de Ensino Superior Diante da Inclusão: processos seletivos e matrículas. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos (org.) [et al.]. **Práticas Inclusivas no Sistema de Ensino e em Outros contextos**. Natal: EDUFRN, 2009.
- BOBATH, Karel. **Uma base neurofisiológica para o tratamento da paralisia cerebral**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Manole Ltda, [19 — ].
- DIAS, Maria Aparecida. **Universidade Inclusiva: expressões do corpo e possibilidades**. In: FORUM DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 1, 2009, Natal. Natal, Universidade Potiguar, 2009.
- LEITE, Mário César Prudente. **Paralisia cerebral**. Disponível em: <<http://www.policlin.com.br/drpoli/130/>>. Acesso em: 07 mar. 2009.
- LIMONGI, Suelly Cecilia Oliven. **Paralisia cerebral: linguagem e cognição**. 2.ed. **rev., ampliada**, atual. São Paulo: Pró- Fono, 1998.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos (org). **Escola Inclusiva: pesquisa, reflexões e desafios**. João Pessoa: Idéia, 2008.
- MASINI, Elcie; BAZON, Fernanda. **A inclusão de Estudantes com deficiência, no ensino superior**. [s.l:s.n.], 2005. Disponível em: <[www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt20/gt201195int.rtf](http://www.anped.org.br/reunioes/28/textos/gt20/gt201195int.rtf)>. Acesso em: 29 ago. 2009.
- MAZZONI, Alberto Angel.; TORRES, Elisabeth Fátima.; ANDRADE, José Marcos Bastos. **Admissão e permanência de estudantes com necessidades educativas especiais no ensino superior**. [s.l:s.n.], 2001. Disponível em: <[www.periodicos.uem.br/op/index.php/.../2751](http://www.periodicos.uem.br/op/index.php/.../2751)>. Acesso em: 29 ago. 2009.
- MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. **Atendimento Educacional do Aluno com Paralisia Cerebral: uma experiência de formação continuada**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008.

- MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de. Atendimento Educacional do Aluno com Paralisia Cerebral: a ótica e a organização da Escola Regular. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos (org.) **Escola Inclusiva: pesquisa, reflexões e desafios**. João Pessoa: Idéia, 2008.
- RODRIGUES, David. **A Inclusão na Universidade: limites e possibilidades da construção de uma Universidade Inclusiva**. Cadernos de Educação Especial Santa Maria. [s.l:s.n], n.23, 2004. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce/revista/ceesp>>. Acesso em: 05 abr. 2009.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 7.ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- THOMA, Adriana da Silva. **A Inclusão no Ensino Superior: “- Ninguém foi Preparado para Trabalhar com esses Alunos (...) Isso exige certamente uma Política Especial...”** [ s.l:s.n.], 2006. Disponível em: < [www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/.../gt15-2552--int.pdf](http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/.../gt15-2552--int.pdf)>. Acesso em: 29 ago. 2009.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **PREX realiza Projeto Universidade Inclusiva**. Disponível em: <<http://www.ufpi.br/noticia.php?id=716>>. Acesso em: 05 abr. 2009.